



ANÁLISE SOBRE A PERCEPÇÃO DOS ALUNOS DO PRIMEIRO ANO DO ENSINO MÉDIO DO COLÉGIO ESTADUAL AMARO CAVALCANTI SOBRE O RELEVO BRASILEIRO – RELATO DE EXPERIÊNCIA

Gustavo Pacheco de Mello

Gabriela Leite Barbosa

Luiz Felipe dos Santos Caramuru

Juliere Gomes da Silva

Fabio Tadeu de Macedo Santana

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma análise sobre a percepção dos alunos da primeira série do Ensino Médio do Colégio Estadual Amaro Cavalcanti acerca da nova classificação do relevo brasileiro, apresentada pelo Sistema Brasileiro de Classificação do Relevo (SBCR), criado em 2019, organizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em conjunto com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a União da Geomorfologia Brasileira (UGB). O estudo buscou investigar como os estudantes reconhecem e interpretam as principais formas de relevo brasileiro, bem como a relação dessas formas com o cotidiano e o espaço em que vivem. A pesquisa foi conduzida através de questionários aplicados em sala de aula (*Google Formulário*), nos quais os alunos foram convidados a identificar, por imagens, as formas de relevo. Os dados revelaram que o estudante da educação básica, visualmente, comprehende a distinção entre as formas de relevo do território brasileiro (Montanhas, Planaltos, Superfícies Rebaixadas e Tabuleiros). Os alunos também demonstraram curiosidade em compreender a relação de influência do relevo sobre os aspectos socioeconômicos, evidenciando a importância de uma abordagem interdisciplinar no ensino da Geografia. Diante dos resultados obtidos, conclui-se que a percepção dos alunos do Ensino Médio sobre o relevo brasileiro perpassa a simples identificação visual, demonstrando interesse em compreender implicações mais amplas. A nova classificação proposta pelo SBCR, se mostra acessível aos estudantes quando mediada por recursos visuais e estratégias pedagógicas interativas. A curiosidade manifestada pelos alunos reafirma a importância de práticas educativas que promovam o desenvolvimento do pensamento crítico e a valorização do conhecimento geocientífico. Assim, o trabalho aponta caminhos promissores para o ensino do relevo, tornando-o mais atrativo, comprehensível e conectado às questões socioambientais e econômicas do território brasileiro.



Palavras-chave: Geologia; Geomorfologia; Relevo Brasileiro.

INTRODUÇÃO

O estudo do relevo desempenha papel fundamental na compreensão das interações entre o ser humano e o meio no qual está inserido, influenciando de forma direta o planejamento urbano, as atividades econômicas, a ocorrência de fenômenos naturais, a distribuição de recursos e os processos de ocupação do espaço geográfico. Além disso, o conhecimento geomorfológico contribui para a análise da dinâmica terrestre e do desenvolvimento das diferentes regiões, uma vez que interfere em variáveis como clima, disponibilidade de recursos naturais, distribuição populacional e atividades produtivas.

Diante do contexto, seguindo, regularmente, a aplicação do planejamento anual do conteúdo do Primeiro Ano do Ensino Médio, no Colégio Estadual Amaro Cavalcanti (SEEDUC/RJ), emergiu o questionamento acerca da forma como os alunos compreendiam o relevo brasileiro, levando em consideração o Sistema Brasileiro de Classificação do Relevo (SBCR).

É importante ressaltar que para além do ensino teórico, torna-se imprescindível a integração da realidade dos alunos ao processo ensino-aprendizagem, uma vez que a transposição didática nem sempre se revela tão eficaz quanto se pressupõe. Nesse sentido, Moraes (2023), em sua obra “*A natureza e a Geografia no ensino das temáticas físico-naturais no território brasileiro*”, destaca a importância de aproximar os conteúdos escolares da realidade vivenciada pelos alunos, de modo a tornar o conhecimento geográfico mais significativo. Sendo insuficiente falar em transposição didática na constituição do conhecimento escolar por tratar-se de um conhecimento único no qual são mobilizados vários conhecimentos e dentre eles o da ciência Geográfica. (Morais, 2023, p.187)

Nesse contexto, o presente trabalho tem o objetivo de investigar de que maneira os estudantes reconhecem as principais formas de relevo do território brasileiro, bem como analisar a relação dessas formações com aspectos da vivência cotidiana. Com o intuito de obter dados mais precisos e representativos, foi aplicado um questionário aos alunos, os quais foram convidados a identificar exemplares específicos de relevo presentes no Estado do Rio de Janeiro.



As respostas obtidas por meio da coleta de dados foram fundamentais para nortear os rumos da pesquisa, uma vez que possibilitaram a elaboração de reflexões relevantes acerca do ensino das formas de relevo na Educação Básica. Entre os apontamentos mais recorrentes, destaca-se a demanda por uma maior adequação dos materiais didáticos ao contexto geográfico do Estado do Rio de Janeiro e, em sentido mais amplo, à realidade brasileira. De modo geral, os resultados evidenciam o interesse e o engajamento dos estudantes em compreender as formas de relevo e sua aplicabilidade no cotidiano, especialmente no que tange às dimensões socioeconômicas locais. Ademais, se observou que a nova classificação do relevo nacional, proposta pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2019), apresenta-se como um conceito acessível aos discentes, sobretudo quando aplicado por meio de recursos visuais e estratégias pedagógicas interativas.

REFERENCIAL TEÓRICO

O estudo do relevo, ao longo dos anos, tem se configurado como um tema de significativa relevância no campo da Geografia Física. As classificações iniciais remontam ao século XIX, refletindo o nível de conhecimento geográfico disponível no período. Conforme mencionado por Ross (1985, p.26), se destacam entre as mais antigas, as propostas por Aires de Casal (1817), por Alexandre Von Humboldt — que manteve influência ao longo de quase todo o século XIX — e por Orville Derby (1884). No tocante ao Brasil, logo nos primeiros registros, se verifica um olhar mais generalista, devido à complexidade da análise, levando em consideração sua extensão territorial. Neste contexto, bebe-se na fonte da obra clássica de Azevedo (1949), “*O planalto brasileiro e o problema da classificação de suas formas de relevo*”, como reflexão e base para compreender o caminho percorrido até chegar ao atual Sistema Brasileiro de Classificação de Relevo (SBCR).

Aroldo de Azevedo teve papel fundamental para a Geografia Física brasileira, especialmente por suas contribuições pioneiras à compreensão das regiões naturais do país. Em sua obra “As Regiões Naturais do Brasil” (1949), o autor apresentou uma das primeiras classificações sistemáticas do relevo nacional, utilizando como principal critério a altitude. Sua proposta marcou um avanço significativo para a época, ao buscar integrar aspectos físicos — como relevo, clima e vegetação — em uma visão abrangente da organização espacial do



território. Dessa forma, Azevedo contribuiu para o desenvolvimento de uma base conceitual e metodológica que influenciou gerações de geógrafos e o próprio ensino da Geografia Física no Brasil. Suas análises serviram de base para interpretações posteriores sobre as grandes unidades do relevo brasileiro, como os planaltos e as planícies que seriam detalhados por outros estudiosos, a exemplo de Aziz Ab'Saber e Jurandyr Ross.

A proposta de Azevedo (1949), representou um marco inicial na sistematização dos estudos sobre as regiões naturais do Brasil. Posteriormente, Aziz Nacib Ab'Saber (1958), ampliou essa abordagem ao propor uma classificação do relevo baseada em critérios geomorfológicos, priorizando os processos de erosão e sedimentação, em detrimento da altimetria, identificando unidades como planaltos e planícies a partir de sua gênese e estrutura geológica. Por conseguinte, Ross (1985), aperfeiçoou essa categorização ao empregar técnicas de sensoriamento remoto e análise geomorfológica detalhada, composta por planaltos, planícies e depressões. Assim, as contribuições desses autores evidenciam a evolução do pensamento geomorfológico no país, consolidando bases teóricas e metodológicas fundamentais para a Geografia Física brasileira.

Ross (1975), participou do Projeto RADAMBRASIL¹, iniciativa de grande relevância para o mapeamento e o conhecimento físico-territorial do país, se baseando na aplicação de técnicas de aerofotogrametria para a análise das áreas estudadas. Por meio dessa metodologia, foi possível “comprovar a execução, em curto espaço de tempo, de um levantamento nacional, obtendo-se reconhecimento geral dos solos, cobertura vegetal, geologia, recursos hídricos e geomorfologia” (ROSS, 1985, p. 26). O autor comprehende o relevo como uma construção científica, entendendo que sua classificação constitui uma convenção capaz de refletir não apenas as características naturais do terreno, mas também os instrumentos, métodos e paradigmas teóricos empregados pelos geógrafos em diferentes períodos históricos.

A classificação do relevo brasileiro proposta por Ross (1985), fundamenta-se na análise integrada de critérios Morfoestruturais (estrutura geológica), Morfoclimáticos (influência do clima) e Morfoesculturais (processos que dão formas), os quais consideram, respectivamente, a natureza geológica das formações e os processos responsáveis pela modelagem das formas terrestres. A partir dessa abordagem, o autor identifica as grandes unidades do relevo nacional, diferenciadas em planaltos, depressões e planícies, que correspondem ao primeiro táxon geomorfológico.





Com os avanços tecnológicos e o aprimoramento das técnicas de análise espacial, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) criou, em 2019, o Sistema Brasileiro de 1. Foi um projeto pioneiro do governo brasileiro, iniciado na década de 1970, para mapear os recursos naturais do país utilizando imagens de radar. Classificação do Relevo (SBCR), em parceria com o Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e a União da Geomorfologia Brasileira (UGB), incorporando critérios geomorfológicos e cartográficos mais refinados (Sales, 2025). Conforme destaca a professora titular do departamento de Geografia da Universidade de São Paulo, Vieira (2025), através de publicação em mídias sociais: “A referida classificação reflete uma renovação do pensamento geográfico voltado à compreensão das dinâmicas ambientais, constantemente transformadas por fatores naturais e antrópicos”.

O Sistema Brasileiro de Classificação do Relevo (SBCR), representa um avanço paradigmático na Geomorfologia nacional, ao introduzir uma metodologia multiescalar e hierárquica para o mapeamento da superfície. Uma característica distintiva e de grande relevância é a formalização do uso do termo montanha, para designar formas de relevo cuja gênese estrutural e morfogênica, embora modificada por intensa erosão, as equipara a sistemas orogênicos globais, a partir da variação altimétrica. Essa abordagem integra fatores causais e fisionômicos, transcendendo a tríade: planaltos, planícies e depressões, e permitindo uma representação cartográfica mais acurada e internacionalmente reconhecida da diversidade geomorfológica do território brasileiro.

Dessa forma, tal mudança representa um marco significativo e histórico para a Geografia brasileira, por refletir uma abordagem mais crítica, sistêmica e interdisciplinar, que alinha o estudo do relevo nacional aos debates contemporâneos da geomorfologia e da geografia física em âmbito internacional, sem desconsiderar as especificidades do território brasileiro. Contudo, a atualização conceitual da classificação do relevo nem sempre é acompanhada simultaneamente e de forma padronizada nos materiais didáticos da Educação Básica, podendo ocasionar discrepâncias conceituais entre livros e coleções de distintas editoras. Tal situação tende a gerar defasagens no processo ensino-aprendizagem, especialmente em contextos de transição entre materiais ou sistemas de ensino, nos quais os estudantes se preparam com nomenclaturas e critérios variados para a interpretação das formas de relevo.

Embora o conceito de transmutação de Morais (2023) sugira que a aplicação prática seja um fator determinante para a efetiva assimilação do conteúdo, a padronização é

indispensável para garantir a equidade teórica no ensino. Esta uniformidade é crucial, sobretudo, ao se considerar a estrutura convencional das temáticas em exames vestibulares, cuja ausência de base bibliográfica comum pode resultar em desvantagem acadêmica para o estudante.

Outra perspectiva relevante a ser considerada diz respeito à forma como os estudantes apreendem o conhecimento, aspecto abordado por Freire (1996) em sua obra *Pedagogia da Autonomia*. O autor ressalta que “saberes são necessários à prática educativa” e que “o ensino não deve restringir-se à simples transmissão de conteúdos, mas constituir-se como uma via de mão dupla, na qual educador e educando constroem o conhecimento de maneira dialógica”. Freire (1996, p. 15) enfatiza, ainda, a importância de valorizar as experiências prévias dos alunos, reconhecendo-os como sujeitos que também ensinam a partir de suas vivências e perspectivas. Dessa forma, o educador é chamado a promover o desenvolvimento do pensamento crítico, estimulando a curiosidade e favorecendo a compreensão do papel do sujeito no mundo

Com base nessa ideia, foi proposto que os alunos fizessem uma análise em seu entorno de vivência, a fim de compreender até onde esse conceito os atravessa. Levando-se em consideração que muitos assumem, frequentemente, não serem estimulados a desenvolver o pensamento crítico ao ser introduzida uma nova temática.

Freire (1996) comprehende o processo educativo como uma construção contínua, resultante da interação entre educador e educando. Nessa perspectiva, o professor deve atuar como mediador do conhecimento, e não como autoridade, que impõe verdades absolutas, rompendo, assim, com a hegemonia de modelos tradicionais ainda predominantes em grande parte das salas de aula brasileiras. Em síntese, a proposta freireana evidencia que formar para a autonomia significa formar para a liberdade e para a responsabilidade. Educar, nesse contexto, constitui um ato de emancipação, um convite para que o estudante se reconheça como sujeito do próprio conhecimento e como agente transformador da realidade social.

Não obstante a teoria de Freire, Morais (2023) evidencia que no ensino da geografia a simples posse do conteúdo ou o domínio de técnicas de ensino não são o suficiente para garantir um aprendizado significativo. Destaca que é “latente a ilusão de que basta saber o conteúdo para ensinar” e de que “para ser professor basta saber como ensinar” (p.186-188), sendo que esses ideais reduzem o papel do docente à mero transmissor de informações,

desconsiderando o protagonismo do estudante e o contexto sociocultural em que o processo educativo ocorre. A autora enfatiza que o ensino deve articular o conhecimento específico e o pedagógico, reconhecendo as características físicas e psicológicas dos alunos, assim como os contextos educacionais em que estão inseridos (Morais, 2023, p. 187).

Nessa perspectiva, a integração da realidade dos alunos é essencial para que o conteúdo geográfico ganhe sentido, conectando o saber científico às experiências cotidianas dos sujeitos, pois, ao compreender e valorizar a espacialidade dos estudantes, o professor atua como mediador, sendo capaz de transformar o conteúdo em conhecimento crítico e vivo, desenvolvendo o pensar geográfico pois:

(...) saber o conteúdo é importante, mas há a necessidade de compreender como transformar esse conhecimento para que possa ser ensinado/aprendido e, nesse caso, cumpre papel essencial o trabalho indissociável com o conhecimento pedagógico do conteúdo, o qual se configura em uma amalgama especial entre conteúdo e pedagogia, tratado como terreno exclusivo dos professores e seu meio especial de compreensão profissional. (Morais, 2023, p. 187)

Assim, o ensino de Geografia cumpre sua função formativa ao considerar o aluno como sujeito ativo, integrando teoria, didática e experiências sociais em um processo de aprendizagem que ultrapassa a simples reprodução, repetitiva, do conteúdo.

METODOLOGIA

Com o intuito de analisar e compreender a percepção dos estudantes sobre o tema proposto, optou-se pela elaboração e aplicação de um formulário digital na plataforma *Google Forms*. Esse recurso foi escolhido por possibilitar a coleta rápida e segura das respostas entre os alunos recém-ingressos no Ensino Médio. A utilização da ferramenta se mostrou fundamental para a coleta, comparação e análise quantitativa dos dados obtidos, uma vez que gera automaticamente gráficos que contribuem para o diagnóstico qualitativo das temáticas e dos debates pertinentes à Geografia Física no contexto escolar.

O questionário aplicado foi composto por cinco questões centrais, voltadas à verificação do conhecimento prévio dos estudantes sobre o relevo brasileiro e, especificamente, sobre a presença de montanhas no território nacional. As perguntas contemplaram: a identificação da composição do relevo do Brasil; o reconhecimento da

existência ou não de montanhas no país; a definição do conceito de montanha; a capacidade de distinguir esse tipo de feição a partir da análise comparativa de duas imagens (Corcovado e Everest); e, por fim, a habilidade de classificação, com base na escolha, entre três imagens adicionais (Nossa Senhora da Penha, Juramento e Pão de Açúcar), daquelas que poderiam ser consideradas montanhas no contexto do estado do Rio de Janeiro. Essa etapa metodológica possibilitou avaliar, de maneira objetiva, a percepção e o nível de compreensão dos participantes acerca do conceito investigado.

A etapa seguinte consistiu no tratamento e interpretação dos resultados gerados. As informações quantificadas facilitaram a identificação de padrões, lacunas conceituais e temas que demandam aprofundamento. A partir dessa sistematização, foi possível estabelecer um diagnóstico qualitativo das percepções dos alunos, oferecendo subsídios para reflexões pedagógicas e para o planejamento de práticas futuras que favoreçam o desenvolvimento do aprendizado em Geografia Física. A fase de análise concentrou-se na análise dos dados obtidos pelo formulário. Essa análise serviu para dimensionar as lacunas de conhecimento e fornecer subsídios para discussões futuras.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Análise dos dados obtidos:

Existe montanha no Brasil?

33 respostas



O relevo do Brasil é composto por:

33 respostas



- Somente montanhas e vales profundos
- Planaltos, depressões e planícies, com algumas serras e montanhas
- Apenas áreas planas e baixas, sem grandes variações no terreno
- Estruturas formadas exclusivamente por ação humana

O que melhor define uma montanha?

33 respostas



- Uma elevação natural do terreno com grande altitude e inclinação.
- Uma área plana com vegetação abundante.
- Uma depressão no solo formada por erosão.
- Um grande corpo de água cercado por terra.



<https://www.itatiaia.com.br/brasil/area-do-corcovado-onde-fica-o-cristo-redentor-e-da-uniao-determina-justica-federal>



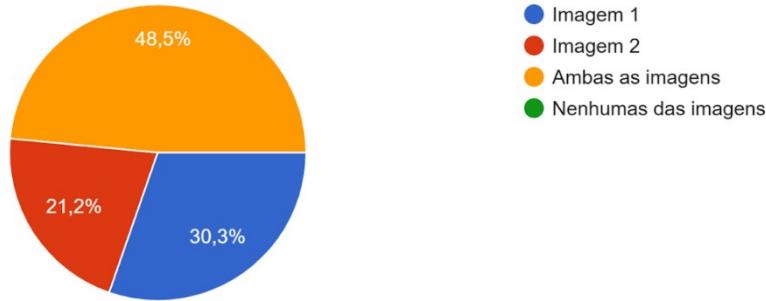
<https://pt.wikipedia.org/wiki/Himalaia>

Na imagem à esquerda imagem do Corcovado e na direita do Monte Everest, pertencente a Cordilheira do Himalaia

Após analisar o relevo dessas duas imagens de dois locais diferentes, conforme mostra acima.

Qual relevo representa um relevo montanhoso.

33 respostas



<https://www.basilicadapenha.com.br/devocao.html>; <https://oglobo.globo.com/rio/confronto-no-morro-do-juramento-deixa-tres-mortos-uma-adolescente-ferida-1-24703935>; <https://meulindorio.blogspot.com/2017/06/pao-de-acucar.html>

Na primeira imagem da esquerda para direita está o Morro Nossa Senhora da Penha, com 111 metros de altura. Na segunda imagem está o morro do Juramento, com altura média de 65 metros, mínima de 20 metros e máxima de 245 metros de altitude. Na terceira imagem o morro Pão de Açúcar, um cartão postal da cidade, possui 396 metros.

Qual desses exemplos no Rio de Janeiro você acha que é uma montanha?

33 respostas



RELATÓRIO DE ANÁLISE - QUESTIONÁRIO SOBRE RELEVO DADOS GERAIS:

Total de respondentes: 37 alunos

Turmas participantes: 1012 e 1013

Período de coleta: maio a junho de 2025



A questão inicial revela que a maior parte dos alunos possui compreensão acerca da existência de montanhas no Brasil. A elevada taxa de acertos indica que os estudantes são capazes de identificar a presença de cadeias montanhosas no território nacional, possivelmente devido ao conhecimento do relevo do Rio de Janeiro, como por exemplo a Serra do Mar e suas elevações.

Na segunda questão, os resultados indicam uma compreensão satisfatória acerca da composição diversificada do relevo brasileiro. A maior parte dos estudantes identificou corretamente os principais elementos que o compõem, demonstrando conhecimento quanto à predominância de planaltos e planícies no território nacional.

Na terceira questão, verificou-se que o conceito teórico de montanha é, em geral, bem compreendido pelos alunos. No entanto, observa-se certa discrepância entre o conhecimento teórico e sua aplicação prática, especialmente no que se refere à definição, às características e às especificidades das montanhas. Essa limitação na transposição do conceito teórico para a prática revela-se de forma mais evidente na questão subsequente.

A quarta questão evidencia dificuldades significativas na compreensão prática dos estudantes. Apenas 30% identificaram corretamente o relevo montanhoso, enquanto 48,5% optaram por “ambas as imagens”, revelando incerteza na distinção entre diferentes escalas de formações rochosas. Além disso, 21,2% dos alunos escolheram incorretamente o morro Pão de Açúcar. Conforme mencionado no Referencial Teórico, a ausência de materiais didáticos atualizados, em se tratando da Classificação do Relevo Brasileiro, proposta pelo IBGE (2019), pode ter contribuído para a variação das respostas, considerando que, ao longo da trajetória escolar, o conceito de montanha foi abordado de maneiras distintas.

Na quinta questão, observou-se um resultado especialmente preocupante, uma vez que nenhum aluno acertou a alternativa correta. A maioria (60,6%) escolheu o Pão de Açúcar — mesmo este não pertencendo a um conjunto de montanhas, como verificado a partir do primeiro nível taxonômico do SBCR. Ademais, 23% dos estudantes consideraram todas as opções como exemplos de montanhas, o que evidencia lacunas conceituais em relação aos critérios de classificação do relevo. Cabe ressaltar que o formulário apresentou três morros localizados na cidade do Rio de Janeiro, e nenhum conjunto de montanhas, o que passou despercebido pelos alunos, evidenciando a necessidade de explicar com exemplos ilustrativos, especialmente por estarem relacionados à realidade próxima dos alunos.



Morais (2023) discute os desafios e as possibilidades de abordar os componentes físico-naturais no ensino de Geografia, destacando que, além do domínio teórico do conteúdo e da prática docente, o aspecto central da educação escolar é a capacidade de inserir os estudantes no contexto socioespacial ao qual pertencem. Nessa perspectiva, reforça-se a importância de incluir, no ensino de Geografia voltado aos alunos do Rio de Janeiro, os relevos mencionados na quinta questão, bem como outras formações da cidade, a fim de promover uma aprendizagem contextualizada e significativa. Do mesmo modo que graduandos em Geografia são incentivados a estudar a cidade em que vivem, é fundamental que os estudantes da educação básica também sejam estimulados a compreender e analisar o espaço geográfico que os cerca.

Dessa forma, com base nos gráficos e nos debates apresentados, é possível constatar que uma parcela significativa dos estudantes demonstra domínio teórico sobre a definição de montanhas, reconhecendo, inclusive, sua ocorrência no território brasileiro. Nessa perspectiva, verificou-se que 84% dos alunos compreendem a diversidade do relevo nacional. Posteriormente, foi ministrada uma aula referente ao tema, na qual as dúvidas dos discentes, que apresentaram dificuldades no formulário, foram esclarecidas. Além disso, todos foram orientados a realizar uma atividade de observação, conforme mencionado no início deste trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo evidencia, na prática, uma discrepância entre o conhecimento teórico dos alunos e sua compreensão efetiva sobre o relevo brasileiro. Embora demonstrem familiaridade com conceitos básicos, observa-se uma lacuna na aplicação prática desse saber, especialmente no que se refere à diferenciação entre formas de relevo, como montanhas e morros.

Essa dificuldade reflete um desafio mais amplo no ensino de Geografia: a defasagem entre os avanços científicos da área e sua incorporação ao contexto escolar. Enquanto a geomorfologia evolui e apresenta novas classificações— como o Sistema Brasileiro de Classificação de Relevo, de 2019 —, os materiais didáticos e as práticas pedagógicas ainda se baseiam em concepções antigas e simplificadas.

Por outro lado, o estudo revela um aspecto positivo: os alunos demonstram curiosidade e capacidade de observação, elementos fundamentais para o desenvolvimento de um aprendizado crítico e significativo. Isso indica a existência de interesse e potencial para uma abordagem mais investigativa e contextualizada. O desafio, portanto, consiste em aproximar o ensino a realidade científica contemporânea, possibilitando que os estudantes não apenas memorizem as formas de relevo, mas compreendam os processos que as originam e suas implicações socioambientais.

Repensar o ensino do relevo, nesse sentido, vai além de corrigir equívocos conceituais. Trata-se de um passo essencial para a formação de cidadãos capazes de interpretar e interagir com o espaço geográfico de maneira crítica, informada e socialmente responsável.

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, Aziz Nacib; DI MAURO, Cláudio. **Um conceito de geomorfologia a serviço das pesquisas sobre o quaternário. Leituras indispensáveis 4: contribuições do Prof. Aziz Nacib Ab'Saber.** Tradução. São Paulo: Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), 2024. Disponível em: https://biblio.fflch.usp.br/AbSaber_AN_3245732_UmConceitoDeGeomorfologiaA.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.
- AB'SÁBER, Aziz Nacib. **O relevo brasileiro e seus problemas.** Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 1-12, 1958.
- ADAS, Melhem; ADAS, Sérgio. **Panorama Geográfico do Brasil: contradições, impasses e desafios socioespaciais.** 5^a ed. São Paulo: Moderna, 2012.
- AZEVEDO, Aroldo de. **As regiões naturais do Brasil.** 2^a ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1949. (Coleção Brasiliana, v. 188).
- AZEVEDO, Aroldo de. **O planalto brasileiro e o problema da classificação de suas formas de relevo.** Boletim Paulista de Geografia, n. 2, p. 43-53, 1949. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=5a9Mj_d-XBA&t=386s. Acesso em: 17 out. 2025.
- GUERRA, Antônio Teixeira; CUNHA, Sandra Baptista da (Orgs.). **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos.** 11^a ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- IBGE. **Manual Técnico da Geomorfologia.** 2^a ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- MOTA, Janine Da Silva. **Utilização do Google Forms na Pesquisa Acadêmica.** Revista Humanidades e Inovação. 2019. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadesinovacao/article/view/1106>. Acesso em: 13 out. 2025.
- ROSS, Jurandyr L. S. (Org.). **Geografia do Brasil.** 6^a ed. São Paulo: Edusp, 2013.
- ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. **Relevo brasileiro: uma nova proposta de classificação.** Revista do Departamento de Geografia, v. 4, p. 25-39, 1985.
- SALES, Vanda Carneiro de Claudino. **Excursões técnicas: montanhas e planaltos da Borborema, superfície sertaneja e inselbergs da Paraíba / IBGE, Coordenação de Meio Ambiente;** Vanda Carneiro Claudino Sales, Francisco Leandro de Almeida Santos, Rosangela Garrido Machado Botelho. - Rio de Janeiro: IBGE, 2025.
- SOBRINHO, José; SOUZA, Carla; ROSS, Jurandyr; MORAES, Eliana (Org.). **A natureza e a Geografia no ensino das temáticas físico-naturais no território brasileiro.** 1. ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2023.
- VESENTINI, José William. **Geografia: o mundo em transição.** São Paulo: Ática, 2012.
- VIEIRA, Bianca Carvalho. **Montanhas no Brasil e no mundo. @bianca_carvalhovieira.** São Paulo., 19 maio 2025. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/DJ1n4Z1p8Re/?igsh=emMycGJlcG5ub2Jm>. Acesso em: 18 nov. 2025.
- XAVIER, Rafael Aparecido Gonçalves. FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996. 2019.
- CRISTO, J. **Montanha do Corcovado e o Cristo Redentor.** Disponível em: <<https://www.istockphoto.com/br/foto/montanha-do-corcovado-e-o-cristo-redentor-gm149798160-20871032>>. Acesso em: 5 nov. 2025.
- SANTO, R. E. **Igreja da Penha, Rio de Janeiro, Brasil.** Disponível em: <<https://www.dronestagr.am/igreja-da-penha-rio-de-janeiro-brasil-3/>>. Acesso em: 5 nov. 2025.
- O Morro do Juramento, em Vicente de Carvalho** Foto: Fabiano Rocha / Agência O Globo





X Encontro Nacional das Licenciaturas
IX Seminário Nacional do PIBID

SUPER. Índia quer medir o Everest após terremoto no Nepal. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/ciencia/india-quer-medir-o-everest-apos-terremoto-no-nepal/>>. Acesso em: 5 nov. 2025.

